

Coluna do Castello

Sarney repetirá o mesmo processo

As resistências ao projeto que vai sendo votado, na base do Cabral II, pela Comissão de Sistematização, são de duas ordens. Primeiramente, há oposição ideológica a muitas decisões da comissão, como a proibição da demissão imotivada, as 44 horas de trabalho semanal, a extensão de 120 dias da licença para gestante e outros itens de conquista social que, no entender do empresariado e de forças anti-socializantes, antecipam um bloqueio maior dos investimentos nacionais e estrangeiros, sobretudo se coadjuvadas por definição de empresa nacional e manutenção ou ampliação de reserva de mercado etc. Em segundo lugar, há a resistência política à introdução do sistema parlamentarista de governo, a qual não envolve necessariamente correspondência com a oposição de ordem social.



É possível, portanto, que o centro-conservador consiga modificar o que se estatuiu na Comissão de Sistematização sem com isso estar alterando a disposição não ideológica da maioria da Constituinte de modificar o sistema de governo. O parlamentarismo é uma aspiração independentemente de inspiração ideológica, tanto que a ele se opõem o PT de Lula e o PDT de Brizola. No PMDB, a divisão é profunda, bastando lembrar que o presidente do partido, sr. Ulisses Guimarães, e a maioria dos governadores, notadamente os de São Paulo e Minas, preferem manter o presidencialismo, com receio de serem alcançados pela modificação institucional assim como verem bloqueadas no futuro suas aspirações de governar o país segundo a norma secular do presidencialismo imperial.

Aparentemente, tenta-se confundir a oposição de centro-conservador ao projeto que emerge da comissão com a resistência política do parlamentarismo. Esse é o objetivo e o propósito de grupos como o Centro Democrático e a fração majoritária do PFL, coordenada pelo ministro Antônio Carlos Magalhães, que tentam compor uma maioria de constituintes para modificar o Regimento e permitir a proposta de um substitutivo global ou de substitutivos parciais ao Cabral II. Esses grupos visam aos dois objetivos: manter o presidencialismo, atendendo ao presidente José Sarney, e modificar o caráter de medidas sociais e econômicas inseridas no projeto em votação.

O presidente da República aparentemente já fez sua opção. Ele lutará pela preservação do presidencialismo, como objetivo, e como método prefere mobilizar uma maioria individualizada, isto é, não partidária, de constituintes para devolver a estrutura política da Constituição em vigor. Os conselheiros do presidente são os mesmos que o incentivaram a promover uma reforma administrativa e ministerial em profundidade, mas que malograram por não ter conseguido apoio suficiente de deputados e senadores para um esquema que se sobrepusesse aos partidos.

O governo ficou, na etapa anterior, vinculado ao PMDB e ao PFL, mantendo o sistema com que trabalha com pequenas modificações não substanciais a não ser na medida em que procurou incorporar parlamentares à equipe governamental. Em substância pouco terá mudado o quadro, muito embora o sr. Prisco Viana, elevado a um ministério reforçado, se tenha transformado numa esperança de polarização de setores parlamentares dada sua experiência de lidar com composições na área. O provável, no entanto, é que o apoio individualizado mais uma vez falhe sem que o presidente possa se beneficiar do apoio do *centrão*, que se mobiliza sob inspiração de classe e não propriamente de compromisso político. No centro-conservador há também os que preferem o parlamentarismo, como o demonstrou a votação na Comissão de Sistematização. O Palácio volta a rejeitar a negociação, caminho mais fértil para a transição.

É possível que algumas modificações de caráter social e econômico sejam feitas no projeto Cabral II, mas é improvável que para tanto se tenha, como sugerem outros assessores presidenciais, de apelar para o Supremo Tribunal Federal. Não é previsível que essa alta Corte, sensível às suas responsabilidades políticas, se decida a interferir num processo que envolve a Assembléia Constituinte, cuja soberania tem limites imprecisos mas objeto de permanente reivindicação e tentativa de afirmação.

Pela experiência vivida ao longo do seu governo, o presidente José Sarney, que não faz uma opção partidária, na medida em que resiste a ser apenas um exponencial da maioria do PMDB, repetirá sua malograda tentativa de subverter a formação partidária reunindo constituintes que lhe dêem um apoio individualizado para recuperar o presidencialismo. Não se passaram muitas semanas da derrota dos srs. Expedito Machado e Carlos Sant'Anna no esforço de colher assinaturas para um apoio, que sobrepusesse ao dos partidos, ao presidente da República. Nada indica que a situação se tenha modificado, como não se modificou a cabeça dos que, dentro do governo, continuam a crer que o presidente só se afirmará como governante no dia em que prescindir do PMDB para formalizar suas decisões políticas.

O espaço no qual se move o presidente é curto e politicamente encurtou-se mais com a cisão no PFL, capitaneada pelo senador Marco Maciel, para quem "processualmente perdemos mas substancialmente ganhamos". O PFL realizará sua convenção e pelo menos 12 seções deverão optar pela oposição ao governo.

Raphael não quer ser prefeito

O ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães não tem a prefeitura do Rio como um dos seus objetivos. Ele prefere candidatar-se ao futuro Congresso e voltar a desempenhar sua ação política sob o parlamentarismo numa esfera na qual se define a luta pela conquista do poder nacional.

Carlos Castello Branco